



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Acórdão nº 19

Feito: Processo nº 104/90

Relator: Conselheiro ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE

Assunto: Prestação de Contas do Estado - exercício de 1989.

Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre, exercício de 1989, de responsabilidade administrativa do Dr. Flaviano Flávio Batista de Melo. Emissão de parecer favorável à aprovação, com ressalvas.

### RELATÓRIO

Cumprindo dispositivo constitucional, nos chega às mãos a Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre, exercício financeiro de 1989, de responsabilidade administrativa do Dr. FLAVIANO FLÁVIO BATISTA DE MELO, período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1989, que, após ser analisado, recebeu do Auditor José da Fonseca Araújo parecer com as seguintes conclusões: "Na análise realizada no processo nº 104/90, de que trata a prestação de contas do Governo do Estado, exercício de 1989, foram detectadas as seguintes falhas ou irregularidades, constantes das fls. 22/24 do presente processo. "Pelo Procurador Chefe do Ministério Público Especial Dr. Fernando de Oliveira, foi apresentado parecer oral, atendo-se S. Excia a considerações de ordem legal e às constantes do Parecer de Auditoria, de fls. 03 a 24, concluindo por opinar pela regularidade com ressalvas da referida Prestação de Contas.

### CONCLUSÃO E VOTO

CONSIDERANDO que o exame procedido nas contas apresenta das pelo Dr. FLAVIANO FLÁVIO BATISTA DE MELO, ex-governador do Estado do Acre, relativas ao exercício de 1989, não tem aqui caráter de tomada de contas, mas apenas o objetivo de analisar a



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

execução orçamentária financeira e patrimonial;

CONSIDERANDO que o processo de Prestação de Contas está organizado segundo as determinações contidas na legislação vigente;

CONSIDERANDO que as conclusões deste Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas, não afetam a apreciação das contas dos diversos ordenadores de despesas e demais responsáveis da Administração Direta e Indireta que receberam provisões financeiras durante o exercício, pois estas, nos prazos legais e regulamentares serão objetivo de julgamento individual e exclusivo desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO, finalmente, o que mais dos autos consta, VOTO para considerar regular com ressalvas a prestação de contas ora em apreciação, com as seguintes recomendações:

a) Regularizar a aplicação do Superavit da Receita de Capital utilizado para cobertura do Déficit verificado em Despesas Correntes, cumprindo o que preceitua o parágrafo 2º do art. II da Lei nº 4.320/64;

b) Encaminhar a este Tribunal, obrigatoriamente, junto às contas anuais do Estado, um levantamento geral de veículos, tratores e equipamentos rodoviários e agrícolas, pertencentes ao seu patrimônio, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles, estado de conservação dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração (Ítem XIX do art. 78 da Constituição Estadual);

c) Cumprir o que determina o art. 163 da Constituição Estadual, reduzindo a despesa com pessoal ativo, inativo, pensionista e encargos, à razão de 1/5 por ano até o limite de 65% (SESSENTA E CINCO POR CENTO) do valor das respectivas receitas correntes;

d) Encaminhar a este Tribunal o Inventário dos Bens Patrimoniais das Administrações Direta e Indireta e das Fundações;

e) Encaminhar a esta Corte de Contas o Inventário de



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Almoxarifado que sirva de instrumento para conferência de saldo dessa conta no valor de NCZ\$-221.127,97 (DUZENTOS E VINTE E UM MIL, CENTO E VINTE E SETE CRUZADOS NOVOS E NOVENTA E SETE CENTAVOS) constante do Balanço Patrimonial.

Que seja dado a este Tribunal, ciência do cumprimento das providências acima recomendadas.

Ao concluir, resta ressaltar que, no exercício ora em análise, o Governo do Estado investiu na área de Educação, na manutenção e desenvolvimento do ensino estadual o valor total de NCZ\$-118.218.224,00 (CENTO E DEZOITO MILHÕES, DUZENTOS E DEZOITO MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO CRUZADOS NOVOS), valor equivalente a 34,61% (TRINTA E QUATRO VÍRGULA SESENTA E UM POR CENTO) da sua receita de impostos e transferências da União, atendendo plenamente o disposto no art. 197 da Constituição Estadual que estabelece um limite mínimo de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) da receita.

É o nosso voto.

### DECISÃO

Considerou-se regular com ressalvas a Prestação de Contas apresentada, relativa ao exercício de 1989, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Unanime.

Tomaram parte na votação os Conselheiros Alcides Dutra de Lima, Irmard Bastos Barbosa Leite, Relator, Marciliano Reis Fleming, Valmir Gomes Ribeiro e José da Fonseca Araújo, este convocado para compor o "quorum". Declararam-se impedidos por terem sido ordenadores de despesas, os Conselheiros Hélio Saraiva de Freitas e José Eugênio de Leão Braga. Ausente o Conselheiro José Augusto Araújo de Faria.

Rio Branco, 22 de junho de 1990.-

Alcides Dutra de Lima  
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Almoxarifado que sirva de instrumento para conferência de saldo  
dessa conta no valor de R\$21.127,97 (vinte e um mil e vinte e sete reais e noventa e sete centavos)  
e R\$21.127,97 (vinte e um mil e vinte e sete reais e noventa e sete centavos)  
constante do Balanço Patrimonial.  
e seja dado a este Tribunal, omissão do cumprimento  
das providências acima recomendadas.

concluiu, resta ressaltar que, no exercício ora em  
análise, o Governo do Estado investiu na área de educação, na  
manutenção e desenvolvimento do ensino estadual, valor total de  
R\$11.312.244,00 (onze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e  
duzentos e quarenta reais e quarenta centavos), valor equivalente  
a 34,6% (trinta e quatro por cento) da receita corrente líquida de  
R\$32.688.000,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e  
mil e oitocentos reais e oitocentos centavos).

sua receita de impostos e contribuições, e a receita de  
transferências de impostos e contribuições no ano.  
deve ser mantido no limite mínimo de 30% (trinta por cento)  
da receita corrente líquida.  
e o nosso voto.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Este documento foi publicado no	
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 5.324	
de 09 / 07 / 1990	
<i>Assil</i>	
Secretária do Plenário	

Considera-se regular com ressalvas a prestação de  
contas apresentada, relativa ao exercício de 1989, nos termos do  
art. 10 da Lei nº 1.232, de 1989.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Este documento foi publicado no	
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 5.446	
de 08 / 01 / 1991	
<i>Assil</i>	
Secretária do Plenário	

Rio Branco, 22 de junho de 1997.

Alcides Dória de Lima  
Presidente